

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 13 de junho de 2001

Ano 3 Nº 62

Solução para o trecho do Morro dos Cavalos

Duplicação da BR-101 Sul

Terra, água e segurança. Foram as reivindicações da tribo Guarani apresentadas em documento durante a audiência pública realizada na última quinta-feira (7), no Centro de Convivência da aldeia indígena, no Morro dos Cavalos, em Palhoça, para discutir a duplicação da BR-101 no trecho sul.

Esse foi o terceiro encontro promovido pela Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), com a participação das lideranças indígenas, representantes do DNER, Ministério Público, OAB e Funai, prefeito de Palhoça, Paulo Vidal (PFL), e com a presença dos parlamentares Manoel Mota (PMDB) e José Paulo Serafim (PT).

No documento apresentado os índios reafirmam que não são contra a



Índios defendem Casa do Artesanato

duplicação, mas querem seus direitos respeitados. Sobre a construção do túnel no Morro dos Cavalos, pedem que a obra seja feita depois da terra estar demarcada. Os índios também reivindicam garantia de abastecimento de água, passagem com segurança para travessia, além da manutenção da Casa do Artesanato, na margem da BR-101, onde comercializam seus trabalhos.

O impasse criado com a situação dos índios no Morro dos Cavalos, por causa da duplicação da BR-101, levou a prefeitura de Palhoça a apresentar uma proposta de transferência da tribo Guarani para uma área próxima à Serra do Tabuleiro.

Nessa segunda-feira (11), Duarte e Vidal estiveram reunidos com o representante da Funai em Santa Catarina, José João de Oliveira, e com o promotor público de Palhoça, José Eduardo Cardoso. “A alternativa de remoção deve ser avaliada seriamente. Os índios estão precariamente instalados”, afirma o parlamentar.

Oliveira disse que precisa esperar pelo trabalho de técnicos que vão identificar as áreas das comunidades indígenas. Jaime Duarte pretende ir a Brasília na próxima semana solicitar a presença de um grupo da Funai para identificar a área. No próximo dia 28 haverá uma nova reunião da Comissão com os setores envolvidos na questão.

AL lança manuscritos sobre Itajaí

Durante a Sessão Solene desta quarta-feira, na Sociedade Guarani, em Itajaí, pela passagem dos 141 anos de emancipação política daquele município, serão distribuídos às autoridades locais e comunidade 150 exemplares de uma publicação contendo os manuscritos da Assembléia Provincial de Santa Catarina.

Relatando fatos históricos de Itajaí entre 1829 e 1884, a obra foi executada pelos funcionários do Centro de Memória da Casa, possuindo uma leitura facilitada com transcrições dos documentos, tradução de um texto original em francês e uso de dicionário da época para a elucidação de diversas expressões. O setor já produziu materiais históricos de Blumenau, Lages e Joinville e o próximo será lançado no aniversário de Laguna em julho. O

objetivo é disponibilizar todas estas informações na Internet.

“O resgate da cidadania passa pela história. Muita gente pagou com a própria vida lutando pela justiça e liberdade, como aconteceu na Guerra do Contestado, os insurgentes de Lages e a República Juliana com Anita Garibaldi”, justificou o presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL).

Pedaços da história – Entre os documentos transcritos destaca-se o de 11 de dezembro de 1829, no qual a ata da sessão plenária do Conselho Geral da Província dá conta de que um de seus membros, preocupado com incursões dos selvagens contra os moradores do *Districto de Itajahy*, pede a criação de uma guarda composta de doze praças da 1ª Linha.

Página 8

Venda de ações na
pauta da CCJ

Página 4

OPINIÃO

Contra o fumo, a favor da vida!



Dia 31 de maio é o *Dia Mundial da Luta Contra o Fumo*. Apresentei, nesse dia, um projeto de lei obrigando o Estado de Santa Catarina a banir o cultivo do fumo, em seu território. O consumo de cigarros é a mais devastadora causa evitável de doenças e mortes prematuras da história da humanidade. O projeto obriga a substituição de forma gradativa da cultura do fumo, num prazo máximo de 10 anos, por outras culturas alternativas e garanta apoio técnico e financeiro para amparar as famílias desses agricultores.

Os malefícios do fumo são ampla e publicamente conhecidos e cientificamente provados. Não podemos, sob qualquer pretexto, continuar escondendo o sol com a peneira. A omissão, a negligência e a cumplicidade não se justificam. As medidas têm de ser cada vez mais efetivas e radicais, atingindo não só a propaganda, mas também a produção. O fumo é causa de doenças cardiovasculares, de doenças cérebro-vasculares, de doenças respiratórias obstrutivas crônicas, de diversos tipos de câncer, de impotência sexual e de mortes prematuras.

Há um ledão engano! Por um lado, existe uma aparente razão econômica e social que justifica a cultura do fumo devido aos empregos gerados na agricultura, na indústria e no comércio, além da polpuda arrecadação de impostos para os cofres públicos. Por outro lado, as doenças causadas pelo fumo custam muito caro aos mesmos cofres públicos pelos recursos

financeiros, humanos e materiais exigidos para a sua prevenção, diagnóstico e tratamento ou reabilitação dos pacientes, além das perdas prematuras e inestimáveis de vidas humanas. Há estudos do Instituto Nacional do Câncer (Inca) mostrando que para cada R\$ 1,00 arrecadado em impostos para os cofres públicos proporcionados pelo fumo, é gasto o dobro em despesas decorrentes dos malefícios do fumo.

Santa Catarina tem 50 mil famílias vivendo do cultivo do fumo. Não poderão ficar desamparadas. Deverão ser protegidas pelo governo que tem a obrigação de proporcionar-lhes apoio técnico e financeiro para desenvolverem outras atividades alternativas no campo da agricultura familiar. Vou citar apenas uma sugestão. Para não falar de flores, proponho o cultivo de plantas medicinais, porque o próprio governo está desenvolvendo um projeto junto à Secretaria de Agricultura que se chama "Saúde Verde - Plantas Medicinais", um filão para a agricultura familiar. E cada vez mais, o mundo abre campo para este mercado promissor. Seria algo muito sobrenatural e espetacular, substituir a "morte" (fumo) pela "vida" (plantas medicinais).

Santa Catarina poderá dar o bom exemplo para o Brasil ao se adiantar na tomada de decisões políticas nesse campo. Tenho certeza que o projeto apresentado está em sintonia com o bem da saúde pública, do meio ambiente, da economia, da agricultura familiar e dos interesses maiores do povo catarinense.

Deputado Volnei Morastoni (PT)

Questão de Justiça



Reconhecendo a potencialidade turística dos esportes radicais, e por justiça, encaminhei substitutivo global ao Projeto de Lei 128/01, de autoria do deputado Afrânio Bopp, onde reconheci as regiões do Médio Vale e do Alto Vale do Itajaí como Região Catarinense dos Esportes Radicais, por estarem situados em locais com peculiaridades marcantes ao desenvolvimento dessa prática.

Como exemplo, Timbó possui relevantes características para alcance da condição, tendo em vista conhecida potencialidade exteriorizada pelas suas pistas de asa delta,

instaladas no morro do Araponga.

Já Apiúna se destaca, pelas suas águas, que difundem a prática de esportes radicais, hoje possui o maior centro de rafting da América Latina e recebe mensalmente 1600 turistas advindos de todo o país e do exterior, para a prática de esportes nas corredeiras do rio Itajaí-Açú.

Mais algumas centenas visitam as cidades vizinhas como Ibirama,

Rio dos Cedros e Doutor Pedrinho para praticarem rapel, canyoning e outros. Estas informações podem ser comprovadas perante as operadoras de turismo da região ou até de São Paulo e Curitiba.

Registra-se também que as corredeiras do município de Benedito Novo já foram descobertas por desportistas de todo o Brasil.

Desta forma, propomos também a alteração da titulação para Região Catarinense dos Esportes Radicais.

Com o meu substitutivo a redação do projeto passou a ser a seguinte: ficam reconhecidas as regiões do Médio Vale e do Alto Vale do Itajaí como Região Catarinense dos Esportes Radicais.

Com a certeza de que o turismo é a nossa vocação natural e uma excelente alternativa econômica e está se desenvolvendo a cada dia mais e se consolidando como região fomentadora dos esportes radicais.

Portanto, seria a maior injustiça transformar uma cidade só em símbolo, sendo que o Vale do Itajaí merece tal título.

Deputado João Rosa (PTB)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)

1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose

Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi,

Solon Soares e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Pinheiro Preto em exposição na Assembléia

(foto Solon Soares)

O presidente da Assembléia, deputado Onofre Santo Agostini (PFL), e o prefeito de Pinheiro Preto, Juraci Bertoncello abriram nessa segunda-feira (11) a nova exposição da série Retratos de Santa Catarina, relativa àquele município do Meio Oeste catarinense. O evento ficará no hall da Assembléia até a próxima quarta-feira.

Pinheiro Preto dista aproximadamente 400 km de Florianópolis e com apenas 2.745 habitantes é o maior produtor de vinhos de Santa Catarina pelo 12º ano consecutivo. A administração local está dando início a uma nova era de vinhos de alta qualidade, produzindo espécies como *carbenet sauvignon*, *carbenet franc*, *moscato giallo*, *bordeaux* e *melert*. Atualmente 16 vinícolas estão implantadas no meio rural e urbano, numa produção média anual de 11 milhões de litros.

Pinheiro Preto tem sua história ligada à construção da Estrada de Ferro São Pau-

lo-Rio Grande do Sul, e sua colonização, iniciada em 1917, ocorreu com a chegada dos primeiros imigrantes. Os principais pontos turísticos são as pequenas propriedades rurais onde o turista pode conhecer as vinícolas, alambiques, pomares e saborear os vinhos e frutas produzidos na região.

Além de vinho o município destaca-se ainda como produtor de frutas como maçã, ameixa, nectarina, uva e pêsego, além de farinha de milho e de trigo, frutas desidratadas, sucos naturais de uva, papelão e embalagens plásticas.

Na abertura do evento se apresentaram grupos folclóricos locais de



Produtos do município apresentados ao público

origem italiana. Durante a semana estarão expostas mostras da produção industrial de Pinheiro Preto, destacando-se logicamente a linha de vinhos finos, seu artesanato, tecelagem, sucos naturais e frutas desidratadas.

Onofre recebe título de Cidadão Curitibanense

(foto Solon Soares)

Cercado por familiares, amigos e correligionários, o presidente Onofre Agostini (PFL) foi homenageado, em Sessão Solene na última quinta-feira (7), pela Câmara de Vereadores, com o título de cidadão curitibanense. A homenagem, proposta pelas bancadas do PMDB, PFL e PPB, foi marcada pela emoção “e reconhecimento da comunidade de Curitibanos através de seus legítimos representantes”, enfatizou o presidente da Câmara Paulo Roberto Halla (PFL).

Para Ubirajara Mello, líder do PMDB, Agostini “tem a mais rica biografia política e o povo o vê como amigo e admirável ser humano, que a política não corrompeu”. O líder do PPB, vereador Gilmar Izidoro afirmou que Agostini “tem a coragem de ser bom, de manter a humildade política, ao lado de ser um negociador sagaz e capaz de enxergar no coração dos homens”. Segundo ele, Curitibanos e sua gente “sempre o tiveram como filho dileto”.

Pelo PFL, a saudação partiu do líder vereador Roque Stangerlin, que traduziu

o trajeto de Onofre como “uma vida de amor e dedicação, além de exemplo de cidadania a cada um de nós que aqui vive e luta”. Onofre também foi saudado pelo



prefeito Generino Fontana (PMDB).

Ao agradecer a homenagem, Agostini lembrou sua história pessoal desde a vinda da Vila Segredo, em Vacaria, aos 4 anos, e a luta de sua família pela sobrevivência. Conclamou à solidariedade e união de todas as forças políticas locais pelo engrandecimento e satisfação dos anseios de seu povo e afirmou: “Eu sempre fui curitibanense”.

Limpeza de pauta

Agostini comunicou aos presidentes das comissões técnicas da Casa que até o dia 19 de junho todas as matérias em tramitação que estiverem com seus prazos vencidos serão trazidas para apreciação em Plenário. A agilização dos trabalhos foi solicitada pelo Presidente da AL, que propôs aos parlamentares um mutirão para a “limpeza da pauta”. A intenção é que todas as matérias sejam votadas antes de julho, quando inicia o recesso parlamentar.

De acordo com Onofre a maior polêmica deve ficar em torno da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), que especifica as áreas a serem contempladas no Orçamento do Estado. “A discussão está confusa porque o presidente da Comissão de Finanças, deputado Afrânio Boppré (PT), não quer apreciar a LDO. Então determinei prazo até dia 22 de junho para que isso aconteça. Caso contrário irei submeter ao Plenário o texto original enviado pelo Executivo”, afirma Agostini. Sem a aprovação da LDO a Assembléia não pode iniciar o recesso.

COMISSÕES

CEE do Porto prepara diagnóstico

Lideranças políticas de Imbituba defendem municipalização do porto

A Comissão que apura a situação do porto de Imbituba realizou, na semana passada, uma Audiência Pública na Câmara de Vereadores do município. As manifestações do prefeito, vereadores, empresários e sindicalistas foram favoráveis à municipalização. Atualmente a Companhia Docas de Imbituba (CDI) é quem administra o porto e a concessão federal que permite esse controle expira em 2012.

Segundo o deputado João Henrique Blasi (PMDB), que preside a Comissão, o objetivo da audiência foi cumprido. "Fomos ouvir as lideranças e as pessoas diretamente ligadas ao porto. Agora, se a municipalização for a melhor alternativa para o desenvolvimento tanto do porto quanto do município, ela ocorrerá normalmente. Vamos elaborar um diagnóstico em cima do que for melhor para a comunidade", resumiu.

Blasi acrescentou que a Comissão deve

oficiar ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, sobre uma auditoria que analisa a situação do porto. A CEE também pretende visitar os diretores da CDI e somente após esse trabalho é que será elaborado um documento para ser entregue pessoalmente ao Ministro em Brasília.

Durante a audiência o prefeito de Imbituba, Osny Souza Filho, afirmou que, nos últimos anos, ocorreram sucessivos erros na administração e lamentou que o porto tenha comercializado apenas 1,2 milhão de toneladas em 2000. O presidente da Intersindical, Rubens de Carvalho, que congrega seis sindicatos avulsos, afirmou que os trabalhadores estão retirando dinheiro do próprio bolso para investir no porto. Na opinião do vereador Valdir Rodrigues (PMDB), o maior problema consiste na falta de investimentos na infraestrutura portuária e o rodízio de administradores. A Comissão estuda agora uma visita ao porto de Imbituba.

CPE da Barragem

O deputado Valmir Comin (PPB), presidente da Comissão Parlamentar Externa da Barragem do Rio São Bento, apresentou nesta terça-feira (12) aos demais membros da CPE o cronograma de trabalho.

Nesta quarta-feira Comin se reúne com o presidente da Casan, José Carlos Vieira, e diretores para o primeiro contato oficial, no qual pretende estabelecer uma parceria para garantir os recursos necessários à obra. "Precisamos unir esforços com os parlamentares federais na tentativa de garantir os R\$ 11 milhões para 2001, que ainda não estão empenhados, e incluir na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) da União de 2002, os R\$ 9 milhões necessários para a conclusão da Barragem do Rio São Bento em Siderópolis", falou.

Comin pretende, ainda, reunir-se com os diretores da empreiteira que está construindo a barragem, para o detalhamento dos trabalhos a serem realizados.

Deputados discutem venda de ações da Celesc

A Comissão de Justiça, presidida pelo deputado Reno Caramori (PPB), esteve reunida nesta terça-feira (12) com diretores da Fiesc, usina Dona Francisca Energética S/A e Celesc com o objetivo de discutir o projeto de lei, de origem governamental, que autoriza a estatal a alienar sua participação acionária daquela usina gaúcha. A Celesc detém 23% do capital social da Dona Francisca, o equivalente a cerca de R\$ 15 milhões e quer comercializar sua participação na usina porque esta teria rompido unilateralmente o contrato que permitia à Celesc comprar energia até o montante da cota que mantém com a usina. No entanto, o diretor presidente do consórcio formado por capital privado e estatal, Nivaldo Almeida Neto, negou que a informação fosse verdadeira.

Ele afirmou que a Celesc possui um contrato de curto prazo, através do qual pode comprar energia da usina a preços de mercado, sem nenhum privilégio. Disse também que ofereceu um novo contrato a longo prazo, fixando um preço mínimo de R\$ 58 a R\$ 100 o mw/hora, do qual a Celesc teria declinado.

O diretor de Operações da Celesc, Cesar Brisola, explicou que a empresa não assinou o contrato porque os valores apresentados estavam muito além dos oferecidos pela Gerasul (R\$ 30 o mw/hora), Copel (R\$ 30) e Itaipu (21 dólares). "Como o preço apresentado pela Dona Francisca era bem superior à média decidimos não comprar energia da usina", frisou.

Já o presidente da Fiesc, José Fernando Faraco, comentou que a venda das ações da Celesc não vai resolver os problemas financeiros da estatal catarinense, uma vez que o somatório de suas dívidas ultrapassa R\$ 200 milhões, e sugeriu que as duas empresas reiniciassem as negociações para que a empresa pudesse comprar energia da Dona Francisca.

A proposta foi imediatamente aceita pelo presidente da empresa gaúcha, que se mostrou disposto a restabelecer as negociações a partir de julho quando vencer o contrato que vigora com a Light do Rio de Janeiro. A empresa carioca compra toda energia produzida pela Dona Francisca pelo preço de R\$ 103 o mw/hora.

(foto Jonas Lemos Campos)



Comissão de Justiça reunida

ESPECIAL

Terrenos de Marinha voltam à discussão na AL

Revogação da Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre cadastramento, aforamento e alienação dos terrenos de Marinha; alteração dessa legislação em seis pontos, e apoio ao projeto de emenda constitucional do deputado federal Edison Andrino (PMDB), que trata da questão das ilhas costeiras. Essas foram as moções aprovadas nessa segunda-feira (11) por parlamentares e associações de ocupantes de imóveis de Marinha, após Audiência Pública requerida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB) para discutir a questão.

Se não for possível a revogação da Lei, Andrino está propondo as seguintes alterações na legislação: que os proprietários sejam notificados pessoalmente; que não seja permitida a participação da iniciativa privada na arrecadação de receitas ou no pro-



Deputados Andrino e Blasi

duto das vendas das terras públicas; requisitar força policial para apoio da atividade de fiscalização; limitar o direito à indenização de benfeitorias para ocupantes anteriores a 1996; que impõe ao ocupante que não exercer o direito de preferência ao aforamento a multa anual de 10% do valor do imóvel e que

retira do titular de cessão onerosa o direito à indenização de benfeitorias quando a União decidir discricionariamente reintegrar-se do imóvel no interesse do serviço público.

Blasi revelou que a Lei vai atingir cerca de 60 mil famílias no Estado, pois 70% delas não possuem condições finan-

ceiras de comprar as propriedades por preço de mercado. Já Andrino denunciou que o Governo Federal quer utilizar os recursos obtidos da comercialização dos imóveis para pagamento da dívida externa.

Por sua vez o advogado da Associação dos Ocupantes de Terrenos de Marinha, Gilberto Rufino, alertou que a legislação pertinente à questão protege as pessoas que foram cadastradas até 1940, e que a partir da vigência da Lei nº 9.636 não será permitida a ocupação em áreas de preservação ambiental.

Participaram também da audiência os deputados Manoel Mota (PMDB) e Ideli Salvatti (PT), o prefeito de Jaguaruna, Claudemir dos Santos, além de vereadores e ocupantes de imóveis de Marinha de diversos municípios litorâneos.

Mudanças no Regimento Interno

A Comissão Especial criada para promover alterações, corrigir artigos conflitantes e dar nova redação ao Regimento Interno da Assembléia, presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), enviou requerimento ao presidente Onofre Agostini (PFL) solicitando a criação de subcomissões temporárias para desenvolver os assuntos constitucionais, legais, processo legislativo, simetria com o regimento interno da Câmara Federal e sistematização (técnica legislativa, redação, inclusão de emendas no texto, remissões, índices). Serão formadas por funcionários do corpo técnico da Casa e terão o número de membros que a Mesa indicar.

Segundo Mantelli, na alteração do Regimento Interno rea-

lizada em 1999 as várias emendas apresentadas acabaram criando contradições entre alguns artigos que agora estão sendo corrigidos para que se apresente um texto uniforme. O parlamentar aponta a proposta de extinção do voto secreto e o voto eletrônico como sendo um pouco mais complexas. "O fim do voto secreto só poderá ser previsto no Regimento Interno quando for alterado nas constituições federal e estadual", explica. Já em relação às votações através do painel eletrônico, ele diz que terão que ser previstas no Regimento as situações em que serão usadas, as garantias de secretude do voto e como se agirá em caso de quebra de sigilo das votações.

Fiscal e consultor vão depor sob Vara

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga possíveis casos de sonegação fiscal no Estado, presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT), decidiu no início da noite dessa terça-feira (12), solicitar à Justiça que o fiscal Luiz Grassia e o consultor Cesar Filisbino sejam intimados a depor *sob Vara* na CPI, uma vez que ambos não foram localizados pelo Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic).

Na reunião, os promotores André Carvalho e Cesar Grubba, do Ministério Público de Florianópolis, falaram sobre os depoimentos prestados pelo ex-assessor do deputado federal João Pizzolatti (PPB), Odair Alves Rosa e o vereador do PDT

de Pomerode, Arno Muller que ocorreu há poucos dias na Capital. Não quiseram emitir juízo de valor a respeito dos depoimentos argumentando que cabe à Coordenadoria de Investigações Criminais do Ministério Público Estadual essa função. Apenas confirmaram que Odair Rosa e Arno Muller negaram qualquer tipo de pressão a fim de prestarem declarações inverídicas sobre a questão da empresa Nilcatex de Blumenau.

Agenda - Quatro depoimentos estão marcados para a próxima segunda-feira (18). Às 14h30min serão ouvidas as técnicas da Secretaria da Fazenda Aliás Dolores de Campos e Karine Ribeiro de Buss e às 17 horas, Odair Alves Rosa e Arno Muller.

PLENÁRIO

Barreiras sanitárias e fiscalização agropecuária

Melhores condições de trabalho aos técnicos convocados para trabalhar nas barreiras sanitárias de controle da febre aftosa, bem como as contratações de novos profissionais em face de deficiência de pessoal estão sendo reclamadas pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao Governador e ao Secretário da Agricultura.

Deputados Sopelsa e Mendonça

“As condições de trabalho são péssimas, sendo que em alguns locais, como Campos Novos, os técnicos ficam embaixo de lonas por mais de 24 horas ininterruptas, o que é ilegal, com a agravante de não receberem horas extras já que existe impedimento por lei estadual”, garante Sopelsa.

Fiscalização agropecuária – Já o deputado Rogério Mendonça (PMDB) está requerendo ao Ministro do Planejamento e à bancada catarinense no Congresso Nacional prioridade e urgência na tramitação e conclusão do processo administrativo que visa a criação dos cargos de Técnico Federal, Auxiliar Técnico Federal e Fiscal Federal Agropecuários, que vão compor a estrutura funcional de vigilância, inspeção e fiscalização exercida pelo Ministério da Agricultura.

Destaca que “as atribuições pertinentes aos cargos de nível médio referenciados são indispensáveis para a fiscalização agropecuária. É preciso valorizar os profissionais de nível médio, a exemplo do que já foi feito com os de nível superior”.

Recursos Hídricos

Preocupado com a possibilidade de em curto prazo haver escassez de água, causada pela falta de preservação dos potenciais aquíferos, o deputado Ronaldo Benedet (PMDB) elaborou projeto de lei que modifica a Lei 9.748, de 1994, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos. O projeto insere no texto da lei disposições específicas relacionadas às águas subterrâneas. “Grande parte das questões voltadas ao potencial hídrico de Santa Catarina deixava lacuna na abordagem dos aquíferos, os quais merecem especial atenção”, declarou o parlamentar. O projeto inclui nos artigos 1º, 4º e 7º da Lei estadual critérios a serem observados na utilização da água e amplia infrações ao uso indiscriminado de águas subterrâneas. Disciplina também a utilização de aquíferos subjacentes a outros países, que fazem limite com o Estado.

Benedet disse que são necessárias políticas e ações públicas que elejam a água e sua preservação prioridade em seus territórios.

Estação de Tratamento de Chapecó

(foto Jonas Lemos Campos)

O líder da bancada do PPB, deputado Milton Sander, que acompanhou o Governador durante a Administração Itinerante que percorreu a região Oeste, voltou a afirmar que a estação de tratamento do esgoto sanitário de Chapecó é uma das maiores obras da administração estadual.

De acordo com o parlamentar, quando a primeira das três etapas estiver concluída, em fevereiro de 2002, Chapecó contará com 142,1 km de rede coletora e 7,1 km de interceptadores para atender 66,4 mil habitantes. As outras



Anemia falciforme

Projecto de lei que institui o programa de prevenção e assistência integral às pessoas portadoras do traço falciforme ou anemia falciforme foi apresentado pelo deputado Volnei Morastoni (PT). Trata-se de doença hereditária mais comum em pessoas negras, causada por alteração na forma dos glóbulos vermelhos do sangue, e os portadoras têm uma expectativa de vida de quatro a 30 anos.

A proposta de Morastoni assegura o exame de diagnóstico de hemoglobinopatias a todas as crianças recém-nascidas, devendo ser realizado nas instituições de saúde do Estado e nas integrantes do SUS, sendo que o exame fica garantido, também, a toda pessoa que deseje realizá-lo. Fica assegurada cobertura vacinal completa, definida por especialistas a todas as pessoas portadoras, cabendo à Secretaria de Saúde a medicação necessária aos doentes carentes. Aos casais com maior probabilidade de risco deverá ser assegurado o acesso a programas e atividades de planejamento familiar e a métodos contraceptivos, sendo que à gestante com anemia falciforme é garantido acompanhamento especializado no pré-natal e parto.

Prevenção - De acordo com o projeto, o programa deverá conter ações de prevenção, com campanhas educativas, elaboração de cartilhas e folhetos explicativos para a população.

duas etapas devem beneficiar em torno de 100 a 150 mil habitantes. A obra está orçada em R\$ 35,5 milhões, sendo 90% dos recursos oriundos da Casan e 10% investidos pela Caixa Econômica Federal.

“A implantação do esgoto sanitário possibilitará o controle e prevenção de muitas doenças e o desenvolvimento de novas atividades industriais e comerciais, e criará condições de higiene e até eliminar a poluição do solo”, destacou Sander.

Licença ambiental

Os deputados Manoel Mota (PMDB) e Joares Ponticelli (PPB) solicitaram ao Governador, ao Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e ao superintendente da Fatma a concessão de licença ambiental para a empresa Marepesca, de Imaruí, poder ampliar suas instalações.

A Marepesca Indústria, Exportação e Importação Ltda, foi criada em 1989 para industrialização e comercialização de frutos do mar. Atualmente conta com 55 empregos dire-

tos e mais de 200 indiretos em toda a região, envolvendo pescadores, maricultores, extrativistas e piscicultores, sendo a principal fonte de geração de postos de trabalho naquele município. A liberação da licença ambiental permitirá, além da manutenção dos 55 empregos existentes, a criação de mais 30 empregos diretos. Os deputados alertam que a negativa para ampliação da empresa vai determinar o encerramento de suas atividades em Imaruí, provocando desemprego.

Pesca da sardinha por atuneiros

O deputado Onofre Agostini (PFL) enviou telegrama aos deputados e senadores com assento no Congresso solicitando apoio para que se edite lei federal proibindo barcos pesqueiros (atuneiros) de efetuarem a pesca da sardinha nas praias brasileiras. O parlamentar demonstra sua preocupação com a subsistência do pescador artesanal e com a possível extinção dessa espécie de pescado em função da pesca predatória.

Devolução de terras a índios

O deputado Reno Caramori (PPB) propôs trazer ao Parlamento a discussão sobre a exigência da Funai de que sejam devolvidas aos índios as terras ocupadas por pequenos agricultores no distrito de Sede Trentin, Oeste do Estado.

Reno acompanhou na última semana a audiência na qual o Governador recebeu em Chapecó o bispo Dom Manuel João Francisco e um grupo de agricultores para tratar do assunto. De acordo com o parlamentar, a Funai deseja a desapropriação da terra, mas quer repassar ao governo estadual o ônus das inden-

zações aos agricultores. Ele explica que na Constituição Federal está previsto somente o pagamento das benfeitorias. "Ou o Governo Federal indeniza os agricultores ou então acomoda os índios em área de preservação, tendo em vista que os mesmos não têm o hábito de cultivar a terra", falou.

Caramori irá participar da entrega ao ministro da Justiça, José Gregori, de um documento a ser elaborado pelo secretário da Justiça e Cidadania, Paulo Cesar de Oliveira Ramos, e pela comissão formada pelos agricultores das 26 áreas reclamadas.

Ciência e Tecnologia

O deputado Paulo Bornhausen (PFL) está propondo a criação de uma Comissão Especial de Ciência, Tecnologia e Inovação com o propósito de levantar, discutir e organizar o aproveitamento do potencial do Estado, fazer um diagnóstico da realidade e apresentar propostas de ações para o desenvolvimento sócio-econômico.

Proposições

Deputados Adelor Vieira (PMDB) e Joares Ponticelli (PPB) ao diretor da TIM Telesc Celular pedindo a instalação de uma estação rádio base de telefonia celular em Lauro Müller.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando que seja viabilizada a disposição de máquinas para auxiliar na recuperação da malha viária de Taió.

Deputado João Rosa (PTB) ao governador sugerindo a instituição do programa de incentivo ao esporte amador no Estado.

Deputado Cesar Souza (PFL) ao governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública solicitando mais viaturas para os órgãos de segurança de São José.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao Governador solicita a liberação de subvenção social à Apae de Santa Cecília.

Deputada Ideli Salvatti (PT) à Secretária da Educação indagando sobre os critérios de seleção adotados para que os professores possam participar dos cursos de formação e capacitação e o seu cronograma para este ano.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Governador do Estado solicitando a realização de estudos e providências no sentido de agilizar o desassoreamento do rio Urussanga.

Deputado Volnei Morastoni (PT) apresentou requerimento ao presidente da Casan solicitando o fornecimento de cópia do relatório final da auditoria interna que apurou denúncias de irregularidades na Regional da empresa, em Lages.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras pedindo a instalação de sonorizadores e redutores de velocidade na rodovia SC-471, no perímetro urbano de Flor do Sertão.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao presidente do Tribunal de Justiça solicitando medidas urgentes para a instalação da Comarca de Araquari.

Deputado João Henrique Blasi (PMDB) ao Secretário da Saúde pede esclarecimentos sobre a recusa na aceitação de exames admissionais ou demissionais de sanidade física fornecidos por médicos vinculados ao SUS.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São Ludgero, cumprimentando-os pela passagem de mais um ano de emancipação político-administrativa do município.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Governador indagando sobre o valor devido pelo Estado, fixado por exercício, a título de precatórios, nominando os credores e cronograma de pagamento.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao Governador pedindo o encaminhamento de cópia dos documentos de prestação de contas das associações de moradores localizadas em Tijucas, beneficiadas com recursos da Secretaria da Família no ano de 1998.

Deputados Reno Caramori (PPB) e Antônio Aguiar (PFL) ao Governador do Estado e à Secretária da Educação pedindo a implantação de um colégio agrícola no município de Papanduva.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao chefe do DNER/SC pedindo a reforma do trevo no km 179 da BR-470 que dá acesso a Taió, Salete, Rio do Campo e Santa Terezinha, com a instalação de iluminação.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao Secretário dos Transportes e Obras para que sejam feitas, com urgência, a conservação e encascalhamento da estrada que liga Lebon Régis e Timbó Grande.

Deputado Narcizo Parisotto (sem partido) aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Iporã do Oeste e Caibi cumprimentando-os pelas comemorações de emancipação político-administrativa.

GERAL

Assembléia presente na Festa Nacional do Pinhão

Em mais uma edição da maior festa gastronômica do Sul do Brasil, a Assembléia Legislativa marcou presença com um estande próprio no pavilhão Tito Bianchini e na abertura do evento, ocorrida na última sexta-feira (8) em Lages, quando os deputados Onofre Agostini (PFL), presidente, e Ivan Ranzolin (PPB) representaram a Casa na cerimônia prestigiada pelo governador Esperidião Amin e o colegiado estadual, além de lideranças regionais, comunitárias, autoridades militares e eclesásticas. A 13ª Festa Nacional do Pinhão vai até o dia 17 de junho e os organizadores estimam que 400 mil pessoas passarão pelos portões do Parque de Exposições Conta Dinheiro.

Onofre elogiou a organização e destacou que os festejos simbolizam a tradição e a cultura do Planalto Serrano. "A festa é de toda a serra, pois todos os municípios produzem pinhão". O prefeito de Lages, Raimundo Colombo (PFL), frisou que o nativismo, com a dança, folclore e a vestimenta, mantém e promovem a cultura e a história da cidade. Amin homenageou a rainha e as duas princesas da festa como exemplos da beleza da mulher catarinense, terminando seu pronunciamento ao declamar um verso sobre o Contestado no qual há citação da pinha.

Música – Para celebrar o orgulho pelo tradicionalismo e integrar Lages ao movimento nativista, compositores locais, de outros estados e de países do Mercosul apresentam letras e músicas inéditas na 9ª Sapecada da Canção Nativa. Das 328 músicas que chegaram à comissão organizadora, 18 foram selecionadas através de uma triagem realizada por artistas catarinenses e gaúchos em maio e outras quatro saíram da 1ª Sapecada da Serra Catarinense, festival realizado no



Inauguração do estande da Assembléia

Parque Conta Dinheiro no dia 9 de junho.

As sapecadas objetivam preservar as raízes culturais da região, incentivando compositores, poetas, pesquisadores e

estudantes para o valor dos temas nativos populares. A expressão sapecada originase da forma primitiva de se preparar o pinhão em meio às grimpas da araucária.

Homenagem a Itajaí

A Sessão Solene em homenagem aos 141 anos de emancipação político-administrativa de Itajaí, que acontece nesta quarta-feira na Sociedade Guarani, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), terá a participação do governador Esperidião Amin, do prefeito de Itajaí, Jandir Bellini, entre outras lideranças. A Sessão foi requerida pelo deputado itajaiense Volnei Morastoni (PT).

Itajaí tem 154 mil habitantes e localiza-se na foz do Rio Itajaí-Açu, contando com seis praias e atrações naturais, como o Saco da Fazenda, a Caverna do Morcego e o Bico do Papagaio, rocha que tornou-se

símbolo e cartão postal da cidade.

A exploração de madeira e a pesca foram as primeiras atividades econômicas que tiveram destaque na cidade em meados do século XVIII, quando de seu surgimento. A partir de 1850, o porto de Itajaí passou a receber imigrantes alemães e italianos que subiam o rio Itajaí-Açu para colonizar a região, transformando-se em importante entreposto comercial e em porta de entrada do Vale do Itajaí. A emancipação política veio em 15 de junho de 1860, quando o município foi desmembrado de Porto Belo.

Atualmente é o maior centro pesqueiro e principal exportador de produtos congelados do Brasil. Itajaí destaca-se também pela sua intensa movimentação portuária, a quarta maior do país, e pela atividade acadêmica, sendo sede da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), maior universidade do Estado em número de cursos. A construção naval, a exploração do petróleo e o turismo também constituem importante fonte de renda para a economia local.

Agenda

Dia 18, às 20 hs – Lançamento do livro "Dez anos do Comitê Latino Americano de Paramentos Municipais", de Mosar G. da Costa.

Local: Hall da Assembléia

Dia 19, às 19h30min – Retratos de SC – cultura e tradições de Concórdia.

Local: Hall da Assembléia

Dia 21, às 20 hs – Lançamento do livro "Os limites interestaduais marítimos e o litígio entre Santa Catarina e o Paraná", do professor Christian Guy Caubet.

Local: Hall da Assembléia